

**PREGÃO
ELETRÔNICO
90047/2026**

**CONTRATANTE (UASG)
(090177)**

**OBJETO
AQUISIÇÃO DE MEIO DE CULTURA-ÁGAR E PRONTO PARA USO (ANVISA)**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
SIGILOSO**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA
DIA 03/07/2026 ÀS10H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO**

**MODO DE DISPUTA:
ABERTO**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO**



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. DO OBJETO..... | 3 |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS | 3 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO..... | 5 |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... | 7 |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 8 | |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO | 12 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 16 |
| 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 18 |
| 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 18 |
| 11. DOS RECURSOS | 18 |
| 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 19 |
| 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 22 |
| 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 23 |

**SECRETARIA DA SAÚDE
COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS
INSTITUTO ADOLFO LUTZ**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90047/2026

(Processo Administrativo nº024.00057578/2026-06)

Torna-se público que o **Instituto Adolfo Lutz, da Coordenadoria de Controle de Doenças**, por meio do **Núcleo de Compras e Suprimentos**, sediado(a) **Avenida Doutor Arnaldo, 355-Cerqueira César – São Paulo - SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é *aquisição de meio de cultura-ágar e pronto para uso (ANVISA)*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 3.4.1. *Para os itens objeto desta licitação a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 3.5. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).*

3.10. *Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição](#)

[Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

| Item | Valor |
|------|-----------|
| 01 | R\$ 1,95 |
| 02 | R\$ 0,35 |
| 03 | R\$ 7,35 |
| 04 | R\$ 25,50 |
| 05 | R\$ 9,00 |
| 06 | R\$ 2,00 |
| 07 | R\$ 11,52 |
| 08 | R\$ 8,35 |
| 09 | R\$ 0,30 |
| 10 | R\$ 6,35 |
| 11 | R\$ 9,70 |
| 12 | R\$ 0,20 |
| 13 | R\$ 7,25 |

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *inferior ao desconto mínimo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital)* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. Sicaf;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas "b" e "c", do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à

adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. *Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.13. *Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.13.1. *Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.*

7.13.2. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

7.13.3. *Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.*

7.13.3.1. *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.*

7.14. *Considerando a exigência de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.14.1. *Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.*

7.14.2. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

7.14.3. *Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.*

7.14.3.1. *No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que*

um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei

expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico www.sic.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. *deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou*

12.1.5.5. *caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;*

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. *caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;*

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s)*: compras@ial.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet compras.sp.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. *Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.*

14.2.1.3. *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros*

em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no [sítio eletrônico compras.sp.gov.br](#).

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.16.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*

14.16.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*

14.16.3. *ANEXO III – Resolução Ss Nº 65, De 1 De Abril De 2024;*

14.16.4. *ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*

14.16.5. *ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);*



Secretaria da
Saúde



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

São Paulo, 18 de Junho de 2026.

Giselle Aparecida de Carvalho Franco

Diretor Técnico II

Centro de Administração

Adriana Bugno

Diretoria Técnica de Departamento de Saúde III

Instituto Adolfo Lutz



Secretaria da
Saúde



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

Termo de Referência nº 111/2026, documento SEI nº 0107861985.

ETP nº 117/2026, documento nº 0107861360.

Nota.: Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema www.compras.gov.br e as disposições deste termo de referência, prevalecem as disposições deste termo de referência.

Anexos I e I.1, encontram-se no final deste Edital.

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**SECRETARIA DA SAÚDE
COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS
INSTITUTO ADOLFO LUTZ**

(Processo Administrativo nº 024.00057578/2026-06)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
CELEBRADO ENTRE O(A) **ESTADO DE SÃO
PAULO**, POR INTERMÉDIO DO (A)
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE –
COORDENADORIA DE CONTROLE DE
DOENÇAS – INSTITUTO ADOLFO LUTZ E**
.....

O Estado de São Paulo, por intermédio do(a) **Secretaria de Estado da Saúde –Coordenadoria de Controle de Doenças – Instituto Adolfo Lutz**, com sede no(a) *Av.: Doutor Arnaldo, 355 – Cerqueira César*, na cidade de /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pelo(a) [*Portaria/_____*] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [*portador(a) da identificação funcional_____ nº/inscrito(a) no CPF sob o nº (se ausente identificação funcional individualizada)*], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 024.00057578/2026-06 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico nº .../...*, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de *Aquisição de Meio de cultura-Ágar; e Pronto para uso (ANVISA)*, conforme detalhamento e especificações técnicas deste

instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------------|----------------|-------------|
| 1 | | | | | | |
| ... | | | | | | |

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será *com entrega parcelada*.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da assinatura de termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

2.1.2. *Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

2.1.2.1. *O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;*

2.1.2.2. *O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.3. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato*

estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de *30 (trinta) dias* para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.3. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o

cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência

Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.13. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.16. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro

grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iv. **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e,

nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:*
- II. Fonte de Recursos:*
- III. Programa de Trabalho:*
- IV. Elemento de Despesa:*
- V. Plano Interno:*
- VI. Nota de Empenho:*

13.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *01 (uma) via*, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Secretaria da
Saúde



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

ANEXO III

Diário Oficial

Poder Executivo
Seção I

Estado de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344

Nº 62 - DOE - 02/04/2024

SECRETARIA DA SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SS Nº 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o procedimento, no âmbito da Secretaria da Saúde, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas

0 SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

RESOLVE:

1 . DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I - advertência;

II - multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas

cumulativamente com a multa. Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

5. a reincidência na infração;

a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de

6. serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;
2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

11.1 - Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

11.2 - Da Multa

Artigo 5º - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

- 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

§ 1º - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

§2º- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

§ 3º - No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação.

Artigo 7º - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

I.3 - Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do "caput" do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

II - por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III- por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

§ 1º - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

§ 2º - A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

II. 4 - Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 -A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

Artigo 16 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

§ 5º - Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LCCA.

Artigo 17 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 18 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 19 - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

§ 1º - O recurso de que trata o "caput" deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

Artigo 20 - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias

úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

Artigo 21 - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

Artigo 22 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 23 - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o "caput" deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 24 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 25 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

Artigo 26 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

Artigo 27 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 28 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato,

mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 29 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 30 - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Artigo 31 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32 - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

Artigo 33 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO IAL n.º 90047/2026

PROCESSO IAL nº 024.00057578/2026-06

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEIO DE CULTURA-ÁGAR E PRONTO PARA USO (ANVISA)

1. DEFINIÇÃO E QUANTIDADE:

| Item | Descritivo | Cod-BEC | Catmat | UF | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|--|--|---------|--------|-------------|------|----------------|-------------|
| 1 | Base CCDA modificado - agar: Agar Base Seletivo Sem Sangue Campylobacter (ccda Modificado); Composicao Aproximada De: Caldo Nutriente/peptonas 20 a 25 G/l; Carvao 4g/l; Hidrolisado de Caeina 3 G /l; Desoxicolato de Sodio 1 G/l; Sulfato Ferroso 0.25 G/l; Piruvato de Sodio 0.25 G/l; Agar 12 a 15 G/l; Solucao Final de Ph 7.4 Mais Ou Menos 0.2; Apresentado Em Po Desidratado; Conforme Legislacao Vigente; Acondicionado Em Embalagem Reforcada e Apropriada; Que Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Contendo Numero de Lote; Data de Fabricacao/validade/prazo; Procedencia | 5752795 | 336287 | Frasco 500g | 10 | | |
| 2 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Valor Total R\$ _____ (por extenso _____) | | | | | | | |

2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

- Catálogo e/ou prospecto com detalhamento do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência, marca e fabricante do produto cotado, em conformidade com as especificações do folheto descritivo - Anexo I deste Edital;



Secretaria da
Saúde



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

- **Condição de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo da Unidade Compradora, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, à vista do respectivo "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo";
- **Prazo de Entrega:** A entrega será realizada em até 30 dias corridos, contados da assinatura do termo de contrato.
- **Validade da Proposta:** 60 (sessenta)
- **Conta Banco do Brasil:** Ag: _____ C/C: _____

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.2

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E
PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO V
FICHA DE CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA AMOSTRA

- 4.1.1** Será exigido o envio de amostras, conforme disposto no §3º, art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.2** A entrega da amostra deverá ser efetuada nas dependências do IAL- Centro de Administração no endereço - Avenida Doutor Arnaldo, 355- Cerqueira César- São Paulo/SP - 01246-902, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o término da sessão de pregão eletrônico, em horário comercial;
- 4.1.3** É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;
- 4.1.4** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;
- 4.1.5** As amostras deverão estar devidamente identificadas **apenas com o código do fornecedor**, de forma a preservar a isonomia e a imparcialidade na análise técnica.
- 4.1.6** O não atendimento às exigências relativas ao envio das amostras, ao prazo estipulado ou às especificações técnicas poderá implicar na desclassificação do licitante, conforme previsto na legislação vigente.
- 4.1.7 Condições da amostra:**
- 4.1.7.1** Ser proveniente(s) do mesmo lote que será entregue no momento da aquisição;
- 4.1.7.2** Representar fielmente o produto a ser fornecido;
- 4.1.7.3** Estar acompanhada(s) do **Protocolo de Entrega de Amostras**, devidamente preenchido.
- 4.1.8** Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:
- 4.1.8.1.**
- Item 04 - Agar carvão (BEC-6489281);**
- Item 10 - Agar Mueller Hinton (BEC-5340071);**
- Item 09 - MH em agar sangue - meio pronto (BEC-6513948);**
- Item 12 - Sangue de carneiro em agar sangue - meio pronto (BEC-6513956);**
- Item 11 - Sangue columbia - agar (BEC-6483739)**

Item - Agar carvão:

4.1.8.1.1 - A licitante classificada em 1º lugar deverá disponibilizar, no mínimo, quantidade suficiente para preparo de 250 mL (10 placas) do produto para a realização do ensaio de avaliação técnica;

4.1.8.1.2 - Caso a licitante classificada em 1º lugar ofertar produto já conhecido, utilizado e aprovado pelo laboratório, a etapa de solicitação de amostra para teste será dispensada;

4.1.8.1.3 - O teste será realizado da seguinte forma:

- Identificação do frasco de acordo com o descritivo do edital e validade;
- Aspecto: desidratado, em pó ou granulado e homogêneo;
- preparo do lote:
 - Agar – dissolução completa após aquecimento sem solidificação do ágar após o resfriamento entre 45° a 50°C, mantendo o aspecto liquefeito pH;
 - pH pré esterilização conforme fabricante;
 - pH após esterilização: valor conforme fabricante +/- 0,5.
- Promoção de crescimento:
 - Semeadura das espécies Bordetella pertussis (A639), Bordetella parapertussis (F585), Bordetella bronchiseptica (IAL 078), Bordetella holmesii (C690), um controle negativo (Staphylococcus aureus ATCC), pareados com o meio de cultura em uso no Instituto.

4.1.8.1.4 - O critério de avaliação será de concordância de 100% nos resultados em todos os testes;

4.1.8.1.5 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de relatório no sistema, no prazo **máximo de até 15 (quinze)** dias para liberação dos resultados dos testes de validação com as cepas de referência;

4.1.8.1.6 - Prazo de validade mínimo de 1/2 do total, a contar da data da entrega do produto;

4.1.8.2 – Item – Agar mueller hinton

4.1.8.2.1 - A licitante classificada em 1º lugar deverá disponibilizar, no mínimo, quantidade suficiente para preparo de, no mínimo, 5 (cinco) litros de ágar Mueller Hinton para a realização do ensaio de avaliação técnica;

4.1.8.2.2- O teste será realizado conforme as recomendações do BrCAST/EUCAST (disponível em <http://brcast.org.br/documentos/>), de acordo com os seguintes parâmetros:

Cepas bacterianas:

- E. coli ATCC 25922 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo, níveis de íons)
- P. aeruginosa ATCC 27853 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo, níveis de íons)
- Enterococcus faecalis ATCC 29212 (para controle de qualidade dos níveis de timina e timidina)
- E. coli ATCC 35218 (para controle de qualidade de rotina para discos de combinados de β -lactâmico com inibidor de β -lactamase)
- K. pneumoniae ATCC 700603 (para controle de qualidade de rotina para discos de combinados de β -lactâmico com inibidor de β -lactamase)

Ágar Mueller Hinton suplementado com 5% de sangue de cavalo e 20 mg/mL beta-Nad

20 placas onde serão testadas cepas bacterianas:

- N. meningitidis ATCC 13090 (para verificação de crescimento de N. meningitidis no meio de cultura AMH 5% sangue de cavalo e 20 mg/mL beta-Nad)
- S. pneumoniae ATCC 49619 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo e níveis de íons para disco-difusão).
- H. influenzae ATCC 49247 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo e níveis de íons para disco-difusão).
- H. influenzae ATCC 49766 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo e níveis de íons para disco-difusão).

4.1.8.3.2- Para determinados micro-organismos, é necessária a suplementação com sangue de cavalo e beta-Nad (que é realizado no laboratório de preparo do meio). O meio de cultura deve, portanto, ser formulado com concentração de sais que preservem a integridade as hemácias sem a necessidade de acréscimo de quaisquer outros componentes para garantir esta característica. Caso as hemácias sejam lisadas durante o preparo do meio com sangue, o produto será desclassificado. A aceitação da entrega total será condicionada aos resultados satisfatórios dos testes de controle de qualidade realizados com as cepas de referência.

4.1.8.4 - Item - Sangue de carneiro em agar sangue - meio pronto (BEC-6513956)

20 placas onde serão testadas crescimento das cepas bacterianas:

- N. meningitidis ATCC 13090 (para verificação de crescimento de N. meningitidis no meio de cultura AMH 5% sangue de cavalo e 20 mg/mL beta-Nad)

- S. pneumoniae ATCC 49619 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo e níveis de íons para disco-difusão).
- H. influenzae ATCC 49247 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo e níveis de íons para disco-difusão).
- H. influenzae ATCC 49766 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo e níveis de íons para disco-difusão).
- Isolados bacterianos da rotina: N. meningitidis, S.pneumoniae e H. influenzae

4.1.8.5 - Item - Sangue columbia - agar (BEC-6483739) - Para avaliação técnica do produto, a licitante classificada em 1º lugar deverá disponibilizar amostra em quantidade suficiente para preparo de, no mínimo, 20 placas de Agar Sangue Columbia BD-Difco, código 279240, destinadas à realização de testes de crescimento e compatibilidade com a metodologia de sorotipificação por IR Biotyper utilizando diferentes sorotipos de Streptococcus pneumoniae previamente caracterizados pelo NMPI-IAL.

- 4.1.9** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de relatório no sistema, no prazo máximo de até 21 (vinte e um) dias para liberação dos resultados dos testes de validação com as cepas de referência;
- 4.1.10** Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.1.11** Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.



Secretaria da
Saúde



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

ANEXO VI

MODELO DE PROTOCOLO DE ENTREGA DE AMOSTRAS

(Modelo – deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da empresa licitante)

AO INSTITUTO ADOLFO LUTZ

Avenida Doutor Arnaldo, 355, 3º andar - Almoxarifado - Cerqueira César - São Paulo/SP - CEP 01246-902.

Refere-se à entrega de Amostra(s) do processo licitatório nº 024.00057578/2026-06-
Pregão Eletrônico nº 90047/2026

Item: _____

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEIO DE CULTURA - ÁGAR; E PRONTO PARA USO (ANVISA).

(Descrever para qual item e quantidade de Amostras enviada)

INSTITUTO ADOLFO LUTZ – SÃO PAULO – SP

Recebido em ____/____/____

Nome do servidor

ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ

Termo de Referência 111/2026

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|---------------------------------|--------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 111/2026 | 90177-ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ | MONICA DE OLIVEIRA | 18/05/2026 10:32 (v 0.6) |
| Status | | | |
| CONCLUIDO | | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | | 024.00057578/2026-06 |

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Meio de cultura-Ágar; e Pronto para uso (ANVISA) (1), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item n° | BEC Código | BEC Classe | BR [Similar] | Cat IAL | BEC UF | Quant. |
|---|------------|------------|--------------|---------|--------------|--------|
| 1 | 5752795 | 6582 | 336287 | 06A | Frasco 500 g | 10 |
| <u>Especificação técnica:</u> Base CCDA modificado - agar: Agar Base Seletivo Sem Sangue Campylobacter (ccda Modificado); Composicao Aproximada De: Caldo Nutriente/peptonas 20 a 25 G/l; Carvao 4g/l; Hidrolisado de Caeina 3 G /l; Desoxicolato de Sodio 1 G/l; Sulfato Ferroso 0.25 G/l; Piruvato de Sodio 0.25 G/l; Agar 12 a 15 G/l; Solucao Final de Ph 7.4 Mais Ou Menos 0.2; Apresentado Em Po Desidratado; Conforme Legislacao Vigente; Acondicionado Em Embalagem Reforcada e Apropriada; Que Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Contendo Numero de Lote; Data de Fabricacao/validade/prazo; Procedencia | | | | | | |
| 2 | 5098068 | 6578 | 369848 | 06F | Frasco | 30050 |
| <u>Especificação técnica:</u> Base lowenstein jensen - meio pronto: Agar Base Lowenstein Jensen; Meio Pronto para Uso; para Isolamento e Cultivo de Micobacterias; Composto Aproximadamente De: Asparagina 3.6g/l; Com Fosfato Monopotassico 2.4g/l, Sulfato de Magnésio 0.24g/l; Citrato de Magnésio 0.6g/l; Fecula de Batata 30.0g/l; Verde de Malaquita 0.4g/l; Acondicionado Em Frasco de Policarbonato de Boca Larga e Diametro Aproximado de 24mm Contendo No Minimo 6.0ml de Meio; Rotulo Com Nr. de Lote, Data de Fabricacao /validade, Composicao e Procedencia | | | | | | |
| 3 | 5386586 | 6582 | 326299 | 06A | Frasco 500 g | 47 |
| <u>Especificação técnica:</u> Base sangue - agar: Agar Base Sangue; para Isolamento; e Deteccao de Atividades Hemoliticas de Microorganismos Fastidiosos Com Adicao de Sangue; Composto Com Aproximadamente: Peptona/infusao de Coracao 2 a 4.5 G/l; Digesto Pancreatico de Caseina 13 a 14 G/l; Extrato de Levedura 4.5 a 5 G/l; Cloreto de Sodio 5 G/l; Agar Bacteriologico 12.5 a 15 G/l; Solucao Final Ph 7.3 Mais Ou Menos 0.2; Produto Desidratado; Conforme Legislacao Vigente; Acondicionado Em Embalagem Reforcada e Apropriada;que Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Contendo Numero de Lote; Data de Fabricacao/data de Validade /prazo de Validade; Procedencia | | | | | | |
| 4 | 6489281 | 6582 | 408445 | 06A | Frasco 500 g | 57 |

| | | | | | | |
|---|---------|------|--------|-----|--------------------|------|
| <u>Especificação técnica:</u> | | | | | | |
| Carvão (2) - agar: Agar; Carvão; para Cultivo de Bordetella Pertussis; Composto Aproximadamente de Extrato de Carne 10 G/l; Peptona 10 G/l; Cloreto de Sódio 5 G/l; Amido Solúvel 10 G/l; Ácido Nicotínico 0.001 G/l; Carvão Bacteriológico 4 G/l; Agar Bacteriológico 12 G/l; Solução Final Com Ph 7.3 Mais Ou Menos 0.2; Produto Desidratado; Conforme Legislação Vigente; Acondicionado Em Embalagem Reforçada e Adequada; Que Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Contendo Numero de Lote; Data de Fabricação /validade/prazo; Procedência | | | | | | |
| 5 | 6065449 | 6582 | 336371 | 06A | Frasco 500 g | 4 |
| <u>Especificação técnica:</u> | | | | | | |
| Cary blair - agar: Cary Blair - Transporte De Bacteria Gram Negativa E Microrganismo Anaerobico, Desidratado, Fosfato Dissodico 1,1g/L, Tioglicolato De Sodio 1,5g/L, Cloreto De Sodio 5g/L, Cloreto De Calcio 0,09g/L, Agar Bacteriológico 5,6g/L, Solução De Ph Final De 8,0+/-0,5, De Acordo Com A Norma Acs, Nccls, Conforme Legislação Vigente, Acondicionado Em Embalagem Reforçada E Adequada, Que Garanta A Integridade Do Produto, Rotulo Contendo Procedência, N° Lote, Data De Fabricação/Prazo E Data De Validade | | | | | | |
| 6 | 6032753 | 6578 | 396146 | 06F | Unidade | 5500 |
| <u>Especificação técnica:</u> | | | | | | |
| Cary blair - meio pronto: Agar Cary Blair; Meio para Transporte Cary-blair, para Uso Em Transporte e Conservação de Amostras Fecais; Meio Conjunto Swab Esteril e Tubo; Com Meio de Cultura Cary-blair Pronto para Uso; de Acordo Com a Norma e Legislação Vigente; Acondicionado Em Embalagem Reforçada e Adequada para o Produto; Rotulo Com Numero de Lote, Data de Fabricação, Validade e Procedência | | | | | | |
| 7 | 6064949 | 6582 | 326292 | 06A | Frasco 500 g | 2 |
| <u>Especificação técnica:</u> | | | | | | |
| CLED - agar: Cled - Cultura E Contagem De Bacterias, Desidratado, Azul De Bromotimol 0,02g/L, Extrato De Carne 3g/L, Peptona De Gelatina 4g/L, Peptona De Caseína 4g/L, Lactose 10g/L, L-Cistina 0,128g/L, Agar Bacteriológico 10 A 15 G/L, De Ph Final 7,3 +/- 0,2, Acs, Nccls, Conforme Legislação Vigente, Acondicionado Em Embalagem Reforçada E Adequada, Que Garanta A Integridade Do Produto, Rotulo Contendo Procedência, N° Lote, Data De Fabricação/Prazo E Data De Validade | | | | | | |
| 8 | 5347440 | 6582 | 326284 | 06A | Frasco 500 g | 36 |
| <u>Especificação técnica:</u> | | | | | | |
| Mac conkey - agar: Agar Mac Conkey, para Identificação de Enterobacteria; Com Aproximadamente: Peptona 20 G/l; Lactose 10.0 G/l; Sais Biliares 1,5 G/l; Cloreto de Sódio 5.0 G/l; Vermelho Neutro 0,03 G/l; Cristal Violeta 0,001 G/l; Agar 13.5 a 15.0 G/l; Solução Final de Ph 7.1 Mais Ou Menos 0.2; Conforme Legislação Vigente; Acondicionado Em Embalagem Reforçada e Adequada; Que Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Contendo Numero de Lote; Data de Fabricação/data de Validade/ Prazo de Validade; Procedência | | | | | | |
| 9 | 6513948 | 6578 | 470691 | 06F | Pacote 10 unidades | 400 |
| <u>Especificação técnica:</u> | | | | | | |
| MH em agar sangue - meio pronto: Agar Sangue Com Nad, Meio De Cultura para Teste De Disco Difusão De Organismos Fastidiosos, Ensaio Em Placa De Petri; Com As Dimensões: 90 Mm De Diâmetro X 15 Mm De Altura, Com Espessura Uniforme De 4 Mm; Contendo Meio De Cultura Mueller Hinton Agar Sangue, Acrescido De Sangue De Cavalo Desfibrinado A 5% E Suplementado Com 20 Mg/L De Nad, Com Concentração De Cátions Ajustado; Com Controle De Qualidade; Meio Pronto Para Uso, De Acordo C/ A Técnica Da Anvisa/Brcast, Conforme Legislação Vigente; Armazenagem Conf. Fabricante, Acondicionado Em Embalagem Reforçada E Adequada; Que Garanta A Integridade Do Produto, Rotulo Com Nome Do Meio. Numero De Lote; Data De Fabricação/Validade/Prazo; Procedência | | | | | | |
| 10 | 5340071 | 6582 | 326282 | 06A | Frasco 500 g | 76 |
| <u>Especificação técnica:</u> | | | | | | |
| MH II - agar: Agar Mueller Hinton II; Meio para Uso Em Antibiograma; Teste de Sensibilidade; Com Amido de Batata 1.5g/l; Extrato de Carne 2g/l; Hidrolisado Ácido de Caseína 17,5g/l; Agar Bacteriológico 17g/l; Meio Com Solução Final de Ph 7.3 Mais Ou Menos 0.1; Desidratado; de Acordo Com a Norma Csi e Demais Legislações Vigentes; Este Meio e Formulado para Ter Baixa Concentração de Timina/timidina; e Níveis Controlados de Ions de Calcio e Magnésio; Acondicionado Em Embalagem Reforçada e Adequada; | | | | | | |

Que Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Contendo Numero de Lote; Data de Fabricacao; Data de Validade; Prazo de Validade; Procedencia

| | | | | | | |
|---|---------|------|--------|-----|--------------------|-----|
| 11 | 6483739 | 6582 | 326286 | 06A | Frasco 500 g | 16 |
| <u>Especificação técnica:</u> | | | | | | |
| Sangue columbia - agar: Agar Sangue Columbia, Para Uso Em Isolamento De Cultivo De Microrganismos Fastidiosos Com Ou Sem Adicao De Sangue, Composto Com: Digesto Pancreatico De Caseina 10g/L, Proteose Peptona Numero 3 5g/L, Extrato De Levedura 5g/L, Infusao De Coracao Bovino 3g/L, Amido De Milho 1g/L, Cloreto De Sodio 5g/L, Agar Bacteriologico 15g/L, Solucao Final De Ph 7.3 Mais Ou Menos 0.2, Apresentacao Desidratado, Conforme Legislacao Vigente, Acondicionado Em Embalagem Reforcada E Apropriada; Que Garanta A Integridade Do Produto, Rotulo Contendo Numero De Lote; Data De Fabricacao /Data De Validade/Prazo De Validade; Procedencia | | | | | | |
| 12 | 6513956 | 6578 | 326923 | 06F | Pacote 10 unidades | 300 |
| <u>Especificação técnica:</u> | | | | | | |
| Sangue de carneiro em agar sangue - meio pronto: Agar Sangue Com Sangue De Carneiro, Meio De Cultura, Para Cultura Ou Isolamento De Bacteria; Ensaio Placa, Com Sangue De Carneiro A 5%, Pronto Para Uso, Em Placa De Petri 90 Mm De diametro X 15 Mm De Altura; Com Aproximadamente 25 Ml, Com Espessura Aproximadamente De 4 Mm; Devera Apresentar Os 3 Tipos De Hemolise; Alfa, Beta E Gama, Meio Em Placas Pronta Para Uso, De Acordo Com As Normas Vigentes; Armazenagem E Transporte Entre 2 E 8 Graus C, Acondicionado Em Embalagem Reforcada E Apropriada; Que Garanta A Integridade Do Produto, Rotulo Com Numero De Lote; Data De Fabricacao/Validade/ Prazo; Procedencia | | | | | | |
| 13 | 5470102 | 6582 | 377320 | 06A | Frasco 500 g | 12 |
| <u>Especificação técnica:</u> | | | | | | |
| TCBS - agar: Agar Tiossulfato Citrato Bile Sacarose (tcbs); para Uso Em Isolamento e Identificacao de Vibrio Cholerae; Com Aproximadamente: Extrato de Levedura 5 G/l; Peptona 10 G/l; Citrato de Sodio 10 G /l; Tiossulfato de Sodio 10 G/l; Sais Biliares/colato Sodico 8 a 9 G/l; Citrato Ferrico 1 G/l; Sacarose 20 G/l; Agar Bacteriologico 10 a 15 G/l; Azul de Timol 0.04 G/l e Azul de Bromotimol 0.04 G/l; Solucao Final de Ph 8.6 Mais Ou Menos 0.2; Produto Desidratado; Conforme Legislacao Vigente; Acondicionado Em Embalagem Reforcada e Apropriada;que Garanta a Integridade do Produto; Rotulo Contendo Numero de Lote; Data de Fabricacao/data de Validade/prazo de Validade; Procedencia | | | | | | |

1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste **Termo de Referência**.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 180 (Cento e oitenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1 Sustentabilidade:

4.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.2.1 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens adequadas, que utilize materiais biodegradável ou reciclável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, respeitando os critérios socioambientais vigentes;

4.2.2 A contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 7º da instrução Normativa Seges ME nº 58 de 2022, entre outras práticas que promovam o desenvolvimento nacional sustentável;

4.3 Condições para contratação

4.3.1 O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 3/4 (75%) da validade total, salvo se outro mais vantajoso for assegurado pelo fabricante;

4.3.2 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues;

4.3.3 Na fase de apresentação das propostas do procedimento licitatório, o fornecedor deverá apresentar, junto com sua proposta, uma descrição detalhada e real do material ofertado, contemplando, pelo menos, os itens listados na especificação, não será aceita a cópia desta especificação do edital.

4.3.4 Deverá ser enviado junto à proposta do licitante, prospecto com descrição, marca e imagem do item classificado na disputa;

4.3.5 A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos itens que porventura forem entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações do termo;

4.3.6 Os itens deverão ser entregues em material de embalagem resistente, que mantenha a integridade dos produtos até a sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação do produto, fabricante, número de lote, data de fabricação e data/validade;

4.3.7 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

4.3.8 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta efetuando a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a : marca, procedência e prazo de garantia ou validade;

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.4 Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, característica ou modelo, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar:

| Item | Descritivo | Marca |
|------|----------------------|------------------------|
| 11 | Agar Sangue Columbia | BD-Difco código 279240 |

4.5 Da exigência de amostra

4.5.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5.2 Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.5.2.1 Item - Agar carvão (BEC-6489281)- Será exigida entrega de amostras de cada um dos lotes que serão entregues, pois pode haver variação na composição entre diferentes lotes. Serão aceitos até 3 (três) lotes para teste, que correspondem aos mesmos que serão entregues posteriormente, se aprovados;

4.5.2.2 Item - Agar Mueller Hinton (BEC-5340071)- solicitamos amostra para realização do teste de sensibilidade com as cepas de referência previamente à entrega do quantitativo total do produto pelo fornecedor ganhador. Solicitamos entrega de amostras de cada um dos lotes que serão entregues, pois pode haver variação na composição entre os diferentes lotes. Serão aceitos até 3(três) lotes para avaliação, que correspondem aos mesmos que serão entregues posteriormente, se aprovados.

4.5.2.3 Item - MH em agar sangue - meio pronto (BEC-6513948) - solicitamos amostra para realização dos testes de viabilidade de cultivo bacteriano e de sensibilidade com as cepas de referência previamente à entrega do quantitativo total do produto pelo fornecedor ganhador. Solicitamos entrega de amostras de cada um dos lotes que serão entregues, pois pode haver variação na composição entre os diferentes lotes. Será aceito até 3 (três) lotes para avaliação, que correspondem aos mesmos que serão entregues posteriormente, se aprovados.

4.5.2.4 Item - Sangue de carneiro em agar sangue - meio pronto (BEC-6513956) - solicitamos amostra para realização dos testes de viabilidade de cultivo bacteriano com as cepas de referência previamente à entrega do quantitativo total do produto pelo fornecedor ganhador. Solicitamos entrega de amostras de cada um dos lotes que serão entregues, pois pode haver variação na composição entre os diferentes lotes. Será aceito até 3 (três) lotes para avaliação, que correspondem aos mesmos que serão entregues posteriormente, se aprovados.

4.5.2.5 Item - Sangue columbia - agar (BEC-6483739) - Solicitamos amostra do meio Agar Sangue Columbia BD-Difco, código 279240, para avaliação prévia de compatibilidade com a metodologia empregada no equipamento IR Biotyper. A exigência se justifica pela necessidade de manutenção da padronização metodológica do IR Biotyper, conforme recomendado pelo fabricante do equipamento e literatura internacional, sendo que o classificador de pneumococo do NMPI-IAL foi padronizado especificamente utilizando este meio de cultura.

4.5.3 A entrega da amostra deverá ser efetuada nas dependências do IAL-Centro de Administração no endereço – Avenida Dr Arnaldo, 355 – Cerqueira César – São Paulo/SP – 01246-902, no prazo de até 72 horas após o término da sessão de pregão, em horário comercial;

4.5.4 É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir da solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

4.5.5 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

4.5.6 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.5.6.1- Item - Agar carvão:

4.5.6.1.1- A licitante classificada em 1º lugar deverá disponibilizar, no mínimo, quantidade suficiente para preparo de 250 mL (10 placas) do produto para a realização do ensaio de avaliação técnica;

4.5.6.1.2- Caso a licitante classificada em 1º lugar ofertar produto já conhecido, utilizado e aprovado pelo laboratório, a etapa de solicitação de amostra para teste será dispensada;

4.5.6.1.3 O teste será realizado da seguinte forma:

- Identificação do frasco de acordo com o descritivo do edital e validade;
- Aspecto: desidratado, em pó ou granulado e homogêneo;
- preparo do lote:
 - Agar – dissolução completa após aquecimento sem solidificação do ágar após o resfriamento entre 45° a 50°C, mantendo o aspecto liquefeito pH;
 - pH pré esterilização conforme fabricante;
 - pH após esterilização: valor conforme fabricante +/- 0,5.
- Promoção de crescimento:
 - Semeadura das espécies *Bordetella pertussis* (A639), *Bordetella parapertussis* (F585), *Bordetella bronchiseptica* (IAL 078), *Bordetella holmesii* (C690), um controle negativo (*Staphylococcus aureus* ATCC), pareados com o meio de cultura em uso no Instituto.

4.5.6.1.4 O critério de avaliação será de concordância de 100% nos resultados em todos os testes;

4.5.6.1.5 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de relatório no sistema, no prazo **máximo de até 15 (quinze) dias** para liberação dos resultados dos testes de validação com as cepas de referência;

4.5.6.1.6 Prazo de validade mínimo de 1/2 do total, a contar da data da entrega do produto;

4.5.6.2- Item - Agar mueller hinton

4.5.6.2.1- A licitante classificada em 1º lugar deverá disponibilizar, no mínimo, quantidade suficiente para preparo de, no mínimo, 5 (cinco) litros de ágar Mueller Hinton para a realização do ensaio de avaliação técnica;

4.5.6.2.2- O teste será realizado conforme as recomendações do BrCAST/EUCAST (disponível em <http://brcast.org.br/documentos/>), de acordo com os seguintes parâmetros:

Cepas bacterianas:

- *E. coli* ATCC 25922 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo, níveis de íons)
- *P. aeruginosa* ATCC 27853 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo, níveis de íons)
- *Enterococcus faecalis* ATCC 29212 (para controle de qualidade dos níveis de timina e timidina)
- *E. coli* ATCC 35218 (para controle de qualidade de rotina para discos de combinados de β-lactâmico com inibidor de β-lactamase)
- *K. pneumoniae* ATCC 700603 (para controle de qualidade de rotina para discos de combinados de β-lactâmico com inibidor de β-lactamase)

Ágar Mueller Hinton suplementado com 5% de sangue de cavalo e 20 mg/mL beta-Nad

20 placas onde serão testadas cepas bacterianas:

- *N. meningitidis* ATCC 13090 (para verificação de crescimento de *N. meningitidis* no meio de cultura AMH 5% sangue de cavalo e 20 mg/mL beta-Nad)
- *S. pneumoniae* ATCC 49619 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo e níveis de íons para disco-difusão).
- *H. influenzae* ATCC 49247 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo e níveis de íons para disco-difusão).
- *H. influenzae* ATCC 49766 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo e níveis de íons para disco-difusão).

4.5.6.2.3- Para determinados micro-organismos, é necessária a suplementação com sangue de cavalo e beta-Nad (que é realizado no laboratório de preparo do meio). O meio de cultura deve, portanto, ser formulado com concentração de sais que preservem a integridade das hemácias sem a necessidade de acréscimo de quaisquer outros componentes para garantir esta característica. Caso as hemácias sejam lisadas durante o preparo do meio com sangue, o produto será desclassificado. A aceitação da entrega total será condicionada aos resultados satisfatórios dos testes de controle de qualidade realizados com as cepas de referência.

4.5.6.4- Item - Sangue de carneiro em agar sangue - meio pronto (BEC-6513956)

20 placas onde serão testadas crescimento das cepas bacterianas:

- *N. meningitidis* ATCC 13090 (para verificação de crescimento de *N. meningitidis* no meio de cultura AMH 5% sangue de cavalo e 20 mg/mL beta-Nad)
- *S. pneumoniae* ATCC 49619 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo e níveis de íons para disco-difusão).
- *H. influenzae* ATCC 49247 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo e níveis de íons para disco-difusão).
- *H. influenzae* ATCC 49766 (para controle de qualidade dos parâmetros gerais: pH, umidade, espessura do meio, inóculo e níveis de íons para disco-difusão).
- Isolados bacterianos da rotina: *N. meningitidis*, *S. pneumoniae* e *H. influenzae*

4.5.6.5- Item - Sangue columbia - agar (BEC-6483739)- Para avaliação técnica do produto, a licitante classificada em 1º lugar deverá disponibilizar amostra em quantidade suficiente para preparo de, no mínimo, 20 placas de Agar Sangue Columbia BD-Difco, código 279240, destinadas à realização de testes de crescimento e compatibilidade com a metodologia de sorotipificação por IR Biotyper utilizando diferentes sorotipos de *Streptococcus pneumoniae* previamente caracterizados pelo NMPI-IAL.

4.5.7 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de relatório no sistema, no prazo máximo de até 21 (vinte e um) dias para liberação dos resultados dos testes de validação com as cepas de referência;

4.5.8 Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.5.9 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.6 Garantia da contratação

4.6.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1 O bem será fornecido parceladamente em atendimento ao cronograma expedido pela área requisitante, sendo que a primeira entrega será realizada em até **30 (Trinta) dias** corridos, contados da assinatura do termo de contrato.

5.2 Caso a contratada possua os itens em estoque ou disponibilidade imediata, poderá antecipar a entrega, desde que previamente acordado com a contratante e mantidas as demais condições estabelecidas.

5.3 O prazo de entrega estabelecido é peremptório, não sendo admitida sua prorrogação, salvo em caráter excepcional e devidamente justificado, mediante solicitação formal e fundamentada do fornecedor, apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para entrega. A eventual prorrogação ficará a critério exclusivo da Administração, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução SS nº 65/2024.

5.4 Os itens deverão ser entregues em embalagens resistentes e adequadas, que garantam a integridade dos produtos até sua utilização, devendo conter externamente, de forma legível, no mínimo: identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

5.5 Os itens que necessitem de refrigeração somente serão recebidos mediante a apresentação de registro de controle de temperatura durante todo o trajeto de transporte, de modo a comprovar a manutenção das condições adequadas de conservação.

5.6 As entregas deverão observar o planejamento e o acompanhamento do consumo realizados pela CONTRATANTE, podendo haver ajustes na periodicidade e no quantitativo das solicitações, com vistas à adequada gestão de estoque, à prevenção de perdas por vencimento e à otimização dos recursos públicos.

5.7 A CONTRATADA deverá manter regularidade no fornecimento, garantindo o atendimento das demandas apresentadas e a continuidade das atividades laboratoriais, independentemente da variação dos quantitativos solicitados.

5.8 Os itens deverão ser entregues em embalagens resistentes e adequadas, que garantam a integridade dos produtos até sua utilização, contendo, de forma legível:

- identificação do produto;
- nome do fabricante;
- número do lote;
- data de fabricação;
- prazo de validade.

5.9 Caso sejam identificadas inconformidades no momento do recebimento ou durante a utilização, o fornecedor deverá proceder à substituição do material, sem ônus adicional para a Administração, no prazo a ser estabelecido contratualmente.

5.10 As parcelas serão entregues, a contar da assinatura do termo de contrato, nos seguintes prazos e condições:

| TR Ordem | BEC Código | CatIAL Nome reduzido | CatIAL UF | BR Código | 1ª Entrega 30 (Trinta) dias | 2ª Entrega 60 (Sessenta) dias | 3ª Entrega 90 (Noventa) dias | 4ª Entrega 180 (Cento e oitenta) dias | Quant. Total |
|-------------|---------------|---|------------------|--------------|-----------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|---|-----------------|
| 1 | 5752795 | Base CCDA modificado - agar | frasco 500 gr | 336287 | 10 | - | - | - | 10 |
| 2 | 5098068 | Base lowenstein jensen - meio pronto | frasco | 369848 | - | 10050 | 10000 | 10000 | 30.050 |
| 3 | 5386586 | Base sangue - agar | frasco 500 gr | 326299 | - | - | 47 | - | 47 |
| 4 | 6489281 | Carvao (2) - agar | frasco 500 gr | 408445 | - | - | 57 | - | 57 |
| 5 | 6065449 | Cary blair - agar | frasco 500 gr | 336371 | 4 | - | - | - | 4 |
| 6 | 6032753 | Cary blair - meio pronto | unidade | 396146 | 5500 | - | - | - | 5.500 |
| 7 | 6064949 | CLED - agar | frasco 500 gr | 326292 | 2 | - | - | - | 2 |
| 8 | 5347440 | Mac conkey - agar | frasco 500 gr | 326284 | 36 | - | - | - | 36 |
| 9 | 6513948 | MH em agar sangue - meio pronto | pacote 10 uni | 470691 | | 300 | 50 | 50 | 400 |
| 10 | 5340071 | MH II - agar | frasco 500 gr | 326282 | - | - | 76 | - | 76 |
| 11 | 6483739 | Sangue columbia - agar | frasco 500 gr | 326286 | - | - | 16 | | 16 |
| 12 | 6513956 | Sangue de carneiro em agar sangue - meio pronto | pacote 10 uni | 326923 | | 100 | 100 | 100 | 300 |
| 13 | 5470102 | TCBS - agar | frasco 500 gr | 377320 | 12 | - | - | - | 12 |

5.11 Não será permitida a entrega por meio dos serviços dos Correios (SEDEX/PAC).

5.12 A entrega deverá ser previamente agendada por meio do endereço eletrônico almoxarifado@ial.sp.gov.br, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas úteis, devendo o fornecedor aguardar a confirmação do agendamento para realização da entrega.

5.13 O horário para recebimento dos materiais será de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 15h00, em dias úteis.

5.14 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

| Local | Endereço |
|---------------------------|---|
| IAL-Central: Almoxarifado | Avenida Doutor Arnaldo, 355 - Cerqueira César- São Paulo/ SP - 01246-902 Contato: (11)3068.2829 almoxarifado@ial.sp.gov.br |

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.15 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o Contratante poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220 de 2023, art. 17);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17 II);

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117,

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art.17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18 IV)

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10 (Dez) dias úteis**.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, *se houver parcela incontroversa*, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, *com a comunicação ao contratado* para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, *nele especificada* no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, *caso aplicáveis*:

7.10.1 O prazo de validade;

7.10.2 A data da emissão;

7.10.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4 O período respectivo de execução do contrato;

7.10.5 O valor a pagar; e

7.10.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) Identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela *extinção* do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente *na* forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 67.608/2023, c/c o artigo 1º do Decreto nº 32.117/1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **Pregão**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **entrega programada**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012, documentos de eleição ou designação dos atuais administradores e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.20.1 Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Qualificação Técnica

8.21 A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido(S) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de bens fornecidos, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local de execução:

8.21.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas;

8.21.1.1 A empresa deverá apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por instituições públicas ou privadas de reconhecida atuação em saúde, comprovando fornecimento e utilização do mesmo modelo de equipamento ofertado em rotina diagnóstica, em pelo menos dois laboratórios de referência nacionais nos últimos cinco anos;

8.21.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o **somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante**.

8.21.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.21.4 O equipamento deverá possuir registro válido na Anvisa, incluindo seus softwares e acessórios, com apresentação do número de registro atualizado;

Outras comprovações

8.21 Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.21.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.21.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.21.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.21.4. Edital de convocação e ata das última assembleia geral e registros de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.21.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.21.6. A última auditoria contábil financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizados;

8.21.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

9. Estimativas do valor da contratação

9.1 O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

9.2 A Administração não se obriga à execução integral do valor estimado do contrato, limitando-se às quantidades efetivamente demandadas e empenhadas

10. Adequação orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado. Decreto de Execução Orçamentária 68.309 de 18 de Janeiro de 2024.

10.2 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDREA GOBETTI COELHO BOMBONATTE

Área Requisitante

JANAINA OLHER MARTINS MONTANHA

Área Requisitante

VIRGINIA BODELAO RICHINI PEREIRA

Área Requisitante

THALITA MARA DE CARVALHO PERRI

Área Requisitante

MARIZA MENEZES ROMAO

Área Requisitante

VILMA DOS SANTOS MENEZES GAIOTTO DAROS

Área Requisitante

ELOISA FONSECA DEL TEDESCO

Área Requisitante

KATIA REGINA MARTON DE FREITAS MARTINS

Área Requisitante

MONIQUE RIBEIRO TIBA CASAS

Equipe de apoio

RICARDO CECILIO

Equipe de apoio

JOSE EDUARDO TOLEZANO

Equipe de apoio

ESP-INSTITUTO ADOLFO LUTZ

Estudo Técnico Preliminar 117/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 024.00057578/2026-06

2. Descrição da necessidade**Meio de cultura-Ágar; e Pronto para uso (ANVISA) (1)****Instituto Adolfo Lutz**

O Instituto Adolfo Lutz (IAL) atua na promoção da saúde no Estado de São Paulo. Como Laboratório Central de Saúde Pública, credenciado pelo Ministério da Saúde, juntamente com seus doze Laboratórios Regionais, sediados em municípios estratégicos do Estado, lidera as ações de vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental. É reconhecido internacionalmente por sua competência para responder às ocorrências em sua área de atuação, tendo sido credenciado pelo Ministério da Saúde como Laboratório Nacional em Saúde Pública e Laboratório de Referência Macrorregional.

Tem como missão contribuir com as ações laboratoriais de Vigilância em Saúde, bem como, com a pesquisa e a inovação tecnológica, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde, para proteção, prevenção e promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população. Diante do exposto o presente estudo visa aquisição de meio de cultura para atender as necessidades dos laboratórios do Instituto Central e Centros Regionais. Os insumos são utilizados na preparação de meios de cultura, para fins de diagnóstico microbiológico e investigações voltadas à Saúde Pública, bem como, empregados em sementeiras de material biológico, isolamento, provas diferenciais em diversos agravos.

Neste contexto, o presente estudo tem como objeto responder às ocorrências por agravos/programas/pesquisas, conforme segue:

- **CB** - É responsabilidade do Centro de Bacteriologia promover o avanço científico e tecnológico, bem como a vigilância, o controle e monitoramento de importantes agravos infecto contagiosos de natureza bacteriana pautados no âmbito de Saúde Pública. Além disso, cabe também a organização das sub-redes e/ou laboratórios de referência por agravos/ programas prioritários da vigilância em saúde e assessorar tecnicamente os municípios no enfrentamento de surtos. As atribuições deste Centro incluem o desenvolvimento e padronização de metodologias para produção de reagentes e amostras de referência, a identificação e utilização de marcadores biológicos e moleculares para fins taxonômicos e epidemiológicos, a realização de exames laboratoriais especializados para diagnóstico causal, a condução de estudos para avaliar produtos importantes no diagnóstico das doenças bacterianas, e a realização de estudos epidemiológicos para identificar agentes relevantes em Saúde Pública, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de vacinas e para tomada de decisões para o desencadeamento de ações de prevenção e controle de doenças.
- **CRB**- Os itens são essenciais para a produção de meio de cultura, realizadas pelo Núcleo de Ciências Biomédicas, destinadas ao atendimento das demandas relacionadas a diversos agravos de interesse em saúde pública.
- **CRPP**- Meios empregados para realização do teste de sensibilidade a antimicrobianos e cultura de Bordetella pertussis , no diagnóstico de coqueluche Agravado relacionado; Multirresistência a antimicrobianos e coqueluche Objetivo para o SUS, relacionado à missão em Vigilância em Saúde; promover a saúde da população, prevenindo e controlando riscos, agravos e doenças através do monitoramento contínuo de dados e da implementação de medidas de saúde pública, controlando surtos de infecção hospitalar e coqueluche. Resultado esperado; Diagnosticar casos de cepas multirresistentes e coqueluche Período de utilização; 1 ano Consumo médio mensal- CMM; Agar carvão: 40g/mes e Agar MH: 80 g/mes Destina-se a: Plano de Contingência Nacional para Infecções causadas por Microrganismos Multirresistentes (Plaçon-RM), o Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS) e Controle da coqueluche.
- **CRRP**- Utilizado na identificação de bactérias de notificação como Bordetella Pertussis entre outras.
- **CRSA**- Realização dos ensaios para teste de sensibilidade, atendendo a demanda das vigilâncias epidemiológicas e sanitárias, Doenças entéricas relacionadas a transmissão hídrica e alimentar- Áreas a que se destinam: Bacteriologia - Objetivo para o SUS, relacionado à missão em Vigilância em Saúde: atendimento às demandas das vigilâncias epidemiológicas e sanitárias - Resultado esperado: execução das análises e resultados analíticos precisos - Período de utilização: anual - Consumo médio mensal: de acordo com a ocorrência da demanda (não previsto) - Indicação se o item destina-se a determinado Programa, bem como se destina-se ao uso de rotina ou à pesquisa: Programa doenças de transmissão hídrica e alimentar e Programa Estadual de Controle de Infecção Hospitalar. Agar Carvão :- Finalidade da aquisição / Contratação: realização dos ensaios para Cultivo de Bordetella Pertussis, atendendo a demanda das vigilâncias epidemiológicas - Doença relacionada: Coqueluche- Áreas a que se destinam: Bacteriologia - Objetivo para o SUS, relacionado à missão em Vigilância em Saúde: atendimento às

demandas das vigilâncias epidemiológicas, esperado: execução das análises e resultados analíticos precisos - Período de utilização: anual - Consumo médio mensal: de acordo com a ocorrência da demanda (não previsto) - Indicação se o item destina-se a determinado Programa, bem como se destina-se ao uso de rotina ou à pesquisa: Programa Nacional de Imunização.

- **CPI-NMC**- Empregados na produção dos Meios de cultura usados em diagnóstico de doenças e agravos de interesse em saúde pública e em análises de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária
- **CRC**- Utilizado para a rotina do setor de Bacteriologia nos Programas de Controle das Meningites, Programas de Monitorização das doenças diarreicas (DDA). Identificação de Salmonela, Siguela, E. Coli, Enterococos, Streptococos, pseudomonas, Neisserias. Sendo relevante para o Sus. detectar surtos, monitorar a ocorrência de casos, identificar possíveis causas, orientar medidas de controle.
- **CRT**- Meio de transporte ideal para amostras clínicas contendo patógenos entéricos detectados nas fezes, garantindo a qualidade das amostras suspeitas de gastroenterites bacterianas. Consequentemente, trazendo melhorias aos usuários SUS. Relacionado à missão de Vigilância em Saúde.
- **CRS**- Para atender às demandas dos ensaios Micológicos, previstas pelo Ministério da Saúde Brasileiro, atua na prevenção, diagnóstico e tratamento de infecções fúngicas, atendo ao SUS, como também os oportunistas em Pessoas Vivendo com HIV/aids (PVHA); também para isolamento das enterobactérias no atendimento a demanda de rotina
- **CPM**- Meio de cultura utilizado para o diagnóstico das leishmanioses. Sub rede-Leishmanioses.
- **CRSJ**- Os meios são essenciais para cumprimento das diretrizes de monitoramento de Doenças Transmitidas por Água e Alimentos (DTA), Tuberculose e outros.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---|------------------------------------|
| CPM-Centro de Parasitologia e Micologia | José Eduardo Tolezano |
| CRSJ/NCBSJ-Núcleo de Ciências Biomédicas de São José do Rio Preto | Regiane de Cássia Hilário Castilho |
| CRSA/NCBSA-Núcleo de Ciências Biomédicas de Santo André | Akemi Oshiro Guirelli |
| CPI/NMC-Núcleo de Meios de Cultura | Danilo dos Santos Cantarelli |
| CRSA/NQBSA-Núcleo de Ciências Químicas e Bromatológicas de Santo André | Rute Dal Col |
| CRRP/NCBRP-Núcleo de Ciências Biomédicas de Ribeirão Preto | Madalena Hisako Tanimoto Okino |
| CPI/NCMO-Núcleo de Coleção de Micro-Organismos | Tânia Sueli de Andrade |
| CRC/NCBC-Núcleo de Ciências Biomédicas de Campinas | Thalita Mara Carvalho Perri |
| CB/NDEI-Núcleo de Doenças Entéricas e Infecções por Patógenos Especiais | Carlos Henrique Camargo |
| CB/NTM-Núcleo de Tuberculose e Micobacterioses | Erica Chimara Silva |
| CB/NMPI-Núcleo de Meningites, Pneumonias e Infecções Pneumocócicas | Ana Paula Silva de Lemos |
| CRB/NCBB-Núcleo de Ciências Biomédicas de Bauru | Virgínia Bodelão Richini Pereira |
| CRB/NQBB-Núcleo de Ciências Químicas e Bromatológicas de Bauru | Virgínia Bodelão Richini Pereira |
| CRPP/NCBPP-Núcleo de Ciências Biomédicas de Presidente Prudente | Marta Xavier Alfredo |
| CRS/NQBS-Núcleo de Ciências Químicas e Bromatológicas de Santos | Ana Ruth Pereira de Mello |
| CRT/NCBT-Núcleo de Ciências Biomédicas de Taubaté | Karen Cristine Pavan Rocha |
| CRPP/NCBPP-Núcleo de Ciências Biomédicas de Presidente Prudente | Paula Esteves da Silva Lima |
| CRS/NCBS-Núcleo de Ciências Biomédicas de Santos | Andrea Gobetti Coelho Bombonatte |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Além dos requisitos legais previstos para as contratações públicas, deverão ser incluídos os seguintes requisitos específicos para a presente contratação:

4.1 O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 3/4 (75%) da validade total, salvo se outro mais vantajoso for assegurado pelo fabricante;

4.2 O bem será fornecido parceladamente em atendimento ao cronograma expedido pela área requisitante, sendo que a primeira entrega será realizada em até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do termo de contrato.

4.3 Na fase de apresentação das propostas do procedimentos licitatório, o fornecedor deverá apresentar, junto com sua proposta, uma descrição detalhada e real do material ofertado, contemplando, pelo menos, os itens listados na especificação, não será aceita a cópia desta especificação do edital;

4.4 A licitante proponente deverá apresentar catálogo/folder com as informações técnicas do produto, também sua marca, fabricante e procedência, para avaliação prévia.

4.5 As embalagens deverão estar claramente identificadas com as quantidades, o número de lote, a data de fabricação, a data de validade e a marca do produto.

4.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues;

4.7 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens adequadas, que utilize materiais biodegradável ou reciclável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, respeitando os critérios socioambientais vigentes;

4.8 A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos itens que porventura forem entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações do termo;

4.9 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

4.10 A contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 7º da instrução Normativa Seges ME nº 58 de 2022, entre outras práticas que promovam o desenvolvimento nacional sustentável;

4.11 Considerando as especificidades do material e quantitativo, o fornecedor deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, visando a verificação se dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional necessário para satisfazer o futuro contrato administrativo;

4.12 Deverão ser fornecidos produtos novos, sendo vedado a entrega de produtos fracionados e/ou reembalados, precisarão ser entregues em embalagem **devidamente lacrada**.

4.13 O acondicionado e transportado conforme indicação do fabricante;

4.14 Necessidade de apresentação de amostra para os itens:

4.14.1 - Agar Carvao- código BEC (6489281)- solicita-se amostra do item para realização de testes de controle de qualidade internos, a fim de validar os meios para uso na rotina diagnóstica da coqueluche. A coqueluche, causada pela bactéria Bordetella pertussis, é uma doença de notificação compulsória desde 2000 e o Instituto Adolfo Lutz de São Paulo (IAL) - Centro de Bacteriologia - Núcleo de Doenças Entéricas e Infecções por Patógenos Especiais- NDEI, é o Centro de Referência Nacional para Coqueluche habilitado pela Portaria nº 97 de 23/10/2008 do Ministério da Saúde - SVS. O êxito no diagnóstico da coqueluche está diretamente relacionado ao isolamento pela técnica de cultura, da B. pertussis e das outras espécies de Bordetella de importância clínica, agentes das síndromes coqueluchóides. O meio de Agar Carvão é usado para cultivar organismos fastidiosos, especialmente B. pertussis. As colônias de B. pertussis tornam-se visíveis após 3 a 7 dias de incubação, e as colônias de B. paraptussis já são visíveis após 2 a 3 dias. No meio ágar carvão, as colônias de B. pertussis devem apresentar-se muito pequenas, redondas e abobadadas, de coloração prateadas. As colônias de B. paraptussis são maiores e menos brilhantes.

4.14.2 - Agar Sangue- código BEC (6513948)- solicita-se amostra para o item Agar Sangue, pronto para uso, em placas de Petri, para realização de testes de controle de qualidade internos, a fim de validar os meios para uso na rotina diagnóstica para cultivo bacteriano e testes de sensibilidade aos antimicrobianos. A literatura registra variações das concentrações de íons cálcio, magnésio, manganês, ferro e zinco dos meios comercializados no Brasil, o que pode influenciar resultados dos testes de sensibilidade aos antimicrobianos. A variação na concentração de íons pode levar à determinação de falsa-susceptibilidade (considerado um erro muito grave, pois expõe o paciente a uma opção terapêutica que na verdade não apresenta eficácia) ou à falsa-resistência (retirando uma opção terapêutica do arsenal cada vez mais restrito para tratamento das infecções por bactérias com múltipla resistência aos antimicrobianos).

4.14.3 - Agar Mueller Hinton- código BEC (5340071)- solicita-se amostra do item Agar Mueller-Hinton para realização de testes de controle de qualidade internos, a fim de validar os meios para uso na rotina diagnóstica dos testes de sensibilidade aos antimicrobianos. Em linhas gerais, os resultados dos testes de sensibilidade devem ser validados utilizando cepas de referência (geralmente provenientes da American Type Culture Collection, ATCC) que apresentam resultados conhecidos e reprodutíveis. A cada novo lote de insumos (meios de cultura e discos ou fitas impregnadas, por exemplo), as cepas de referência devem ser testadas e os resultados devem ser comparados aos padrões esperados disponíveis no documento Controle interno de qualidade de rotina e estendido para a determinação da CIM e Disco-Difusão conforme recomendações do BrCAST-EUCAST (disponível em <http://brcast.org.br/documentos/>). Adicionalmente, os testes com as cepas de referência devem ser realizados periodicamente (semanal ou mensalmente, a depender da demanda do laboratório) para validação interna da metodologia em uso.

Os resultados dos testes dos isolados clínicos só podem ser liberados e utilizados única e exclusivamente se a totalidade das cepas de referência atenderem ao teste de controle de qualidade. Caso contrário, a causa-raiz do problema deve ser investigada e corrigida, e os testes de controle de qualidade devem ser novamente validados.

4.14.4 Agar Sangue Columbia - código BEC (6483739)-O Núcleo de Meningites, Pneumonias e Infecções Pneumocócicas (NMPI) do Instituto Adolfo Lutz (IAL) é o laboratório de referência municipal, estadual e, nacional credenciando pelo Ministério da Saúde, para o diagnóstico de meningites bacterianas e infecções pneumocócicas invasivas. Como parte de suas atribuições, o NMPI realiza a vigilância laboratorial epidemiológica de isolados invasivos de *S. pneumoniae* (pneumococo). O laboratório recebe amostras bacterianas de todo o país para monitorar o perfil de suscetibilidade aos antimicrobianos e realizar a tipagem dos antígenos capsulares (sorotipos). Os sorotipos do pneumococo, que atualmente somam mais de 100, possuem potencial para causar doenças e são fundamentais na composição das vacinas pneumocócicas, as quais englobam múltiplos sorotipos e estão disponíveis globalmente.

Para conferir agilidade ao processo e salvaguardar os antissoros, que são adquiridos, produzidos e importados do Instituto Dinamarquês de Soros, o IAL adquiriu o equipamento FT-IR-Biotyper (Bruker). Por ser uma técnica com base na expressão fenotípica da cápsula do pneumococo a padronização dos insumos utilizados no ensaio mostraram-se fundamentais para a acurácia e reprodutibilidade da técnica frente ao classificador construído pelo NMPI-IAL.

Para garantir o monitoramento adequado dos antígenos capsulares do pneumococo utilizando a FT-IR-Biotyper, **será necessário adquirir especificamente o meio de cultura Agar Sangue Columbia da marca BD-Difco código 279240** que no quantitativo deste documento atenderá à demanda do NMPI por aproximadamente um ano. A aquisição precisa do Agar Sangue Columbia da marca BD-Difco código 279240 se justifica dada a padronização exigida pelo fabricante do FT-IR-Biotyper e descrita em seu manual de uso, por publicações internacionais de outros classificadores específicos de pneumococo e também pela padronização do classificador para pneumococo realizada pelo NMPI-IAL utilizando especificamente o Agar Sangue Columbia da marca BD-Difco código 279240

4.14.5 Sangue de carneiro em agar sangue - meio pronto código BEC (6513956) - solicitamos amostra para realização dos testes de viabilidade de cultivo bacteriano com as cepas de referência previamente à entrega do quantitativo total do produto pelo fornecedor ganhador. Solicitamos entrega de amostras de cada um dos lotes que serão entregues, pois pode haver variação na composição entre os diferentes lotes. Será aceito até 3 (três) lotes para avaliação, que correspondem aos mesmos que serão entregues posteriormente, se aprovados.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Para a presente contratação, procedeu-se à análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com base em consultas ao sistema oficial de pesquisa de preços do Governo Federal. Tal análise teve por finalidade identificar eventuais inovações metodológicas ou tecnológicas aplicáveis ao objeto, bem como avaliar os modelos de contratação usualmente adotados, em observância aos princípios de eficiência e da economicidade.

Da avaliação realizada, não foram constatadas variações relevantes quanto à forma de execução do objeto, especialmente no que se refere às obrigações e responsabilidades da futura contratada. As diferenças identificadas restringem-se, em sua maioria, às modalidades de licitação adotadas, as quais se mostram compatíveis com a legislação vigente e com as especificidades de cada contratação.

5.2 Ressalta-se que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar configura-se como contratação de natureza comum e recorrente no âmbito da Administração Pública, em suas diferentes esferas de governo. Verifica-se, ainda, a existência de mercado fornecedor consolidado, com ampla competitividade e disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais pretendidos, desde que atendidos os requisitos técnicos e as condições estabelecidas neste instrumento.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução consiste na aquisição de insumos laboratoriais necessários à execução de análises no âmbito da vigilância em saúde, essenciais para a continuidade das atividades institucionais.

Em razão da diversidade e das condições de fornecimento dos insumos, a contratação será estruturada de forma segmentada, com a realização de contratações distintas, agrupadas conforme a natureza dos materiais.

Tal abordagem tem por objetivo otimizar a gestão contratual, possibilitando maior controle sobre prazos, qualidade e condições de fornecimento, além de contribuir para a eficiência na execução e mitigação de riscos de desabastecimento

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Definição e quantidade:

| Consol Ordem | BEC Código | CatIAL Nome reduzido | CatIAL UF | BR Código | PCA T-Quant. 2026 | Mem.Calc. T-Quant. 2023 | Mem.Calc. T-Quant. 2024 | Mem.Calc. T-Quant. 2025 |
|-----------------|---------------|----------------------------|---|---------------|-------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 1 | 5752795 | 336287 | Base CCDA modificado - agar | frasco 500 gr | 10 | 4 | 6 | - |
| 2 | 5098068 | 369848 | Base lowenstein jensen - meio pronto | frasco | 30050 | - | - | 3600 |
| 3 | 5386586 | 326299 | Base sangue - agar | frasco 500 gr | 47 | 21 | 23 | - |
| 4 | 6489281 | 408445 | Carvao (2) - agar | frasco 500 gr | 57 | 17 | 35 | 72 |
| 5 | 6065449 | 336371 | Cary blair - agar | frasco 500 gr | 4 | - | 4 | - |
| 6 | 6032753 | 396146 | Cary blair - meio pronto | un unidade | 5500 | 500 | 900 | 4800 |
| 7 | 6064949 | 326292 | CLED - agar | frasco 500 gr | 2 | - | - | - |
| 8 | 5347440 | 326284 | Mac conkey - agar | frasco 500 gr | 36 | 16 | 35 | 14 |
| 9 | 6513948 | 470691 | MH em agar sangue - meio pronto | pacote 10 uni | 400 | - | - | - |
| 10 | 5340071 | 326282 | MH II - agar: Agar Mueller Hinton II | frasco 500 gr | 76 | - | - | 69 |
| 11 | 6483739 | 326286 | Sangue columbia - agar | frasco 500 gr | 16 | - | 9 | 9 |
| 12 | 6513956 | 326923 | Sangue de carneiro em agar sangue - meio pronto | pacote 10 uni | 300 | - | - | - |
| 13 | 5470102 | 377320 | TCBS - agar | frasco 500 gr | 12 | - | 21 | 8 |

7.2 O quantitativo estimado foi definido com base no levantamento das necessidades específicas de cada Unidade Organizacional (UO), considerando ohistórico de produção laboratorial, especialmente o registro de resultados e análises efetivamente liberadas no âmbito dos agravos e programas descritosno item “Descrição da Necessidade”.

Para os itens que possuem histórico de compras nos últimos 3 (três) anos, também foi considerada a série histórica de aquisições e consumo, de forma aconferir maior precisão à estimativa.

Para a apuração, adotou-se como referência:

- I - o volume de amostras e/ou produtos recebidos;
- II - o consumo médio de insumos, mensurado em gramas ou volume, por tipo de exame ou análise; e
- III - a frequência de execução dos ensaios.

A partir desses parâmetros, foi possível projetar o quantitativo total necessário para atendimento da demanda ao longo de um período estimado de 12 (doze) meses após a aquisição.

Adicionalmente, foi incorporada margem de segurança, com o objetivo de mitigar riscos de desabastecimento decorrentes de variações sazonais dademanda, aumento imprevisto no número de amostras, perdas operacionais ou eventuais intercorrências logísticas no fornecimento. Tal margem foidefinida com base em critérios técnicos e na análise do comportamento histórico do consumo, garantindo maior segurança na continuidade dasatividades laboratoriais.

No que se refere aos itens de primeira aquisição, a estimativa foi fundamentada na projeção da demanda técnica, considerando a capacidade operacionalinstalada das unidades, bem como a expectativa de ampliação ou início das atividades relacionadas

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A administração optou por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.(inciso, VI, IN 40/2020)]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Fundamentação

O parcelamento da solução será adotado por meio de contratações distintas, considerando a natureza dos insumos laboratoriais, a dinâmica do mercado fornecedor e as condições de fornecimento praticadas, em conformidade com o art. 47 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 Justificativa

A adoção de contratações distintas fundamenta-se, também, na organização do mercado fornecedor, caracterizado pela atuação de empresas que operam com diferentes linhas de produtos, o que torna mais adequada a contratação segmentada. Adicionalmente, a medida tem por objetivo otimizar a gestão contratual, possibilitando maior controle sobre prazos de entrega, qualidade dos produtos e condições de fornecimento, bem como aprimorar o acompanhamento da execução contratual.

9.3 Vantagens A estratégia adotada contribui para: ampliação da competitividade, com maior participação de fornecedores; melhoria da gestão e fiscalização dos contratos; maior eficiência na execução contratual; redução de riscos de desabastecimento; maior adequação das aquisições às necessidades da Administração.

9.4 Ausência de Fracionamento Indevido Ressalta-se que a adoção de contratações distintas não configura fracionamento indevido da despesa, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, e do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que não tem por finalidade evitar a modalidade licitatória cabível, mas sim viabilizar a melhor adequação da contratação às condições do mercado e à gestão contratual. A estratégia adotada decorre de planejamento prévio, com estimativa global da demanda, e visa à otimização da gestão contratual, permitindo maior controle sobre prazos, condições de fornecimento e acompanhamento da execução, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e competitividade.

9.5 Conclusão

Dessa forma, o parcelamento por meio de contratações distintas mostra-se técnica e administrativamente adequado, em conformidade com o art. 47 da Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a ampliação da competitividade, melhoria da gestão contratual e atendimento contínuo das demandas institucionais.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra /contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A Vigilância laboratorial está sob a responsabilidade do Instituto Adolfo Lutz, como laboratório de referência para o estado de São Paulo e todas as ações relacionadas ao seu papel no controle da transmissão destes agravos compõem o planejamento anual da Instituição e constam do Plano de Contratação Anual-PCA.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Com a contratação, pretende-se:

12.2 Melhor atender às demandas para o diagnóstico de doenças de agravos à saúde;

12.3 Contribuir com as ações laboratoriais de Vigilância em Saúde, a pesquisa e inovação tecnológica, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde, para proteção, prevenção e promoção da Saúde e melhora da qualidade de vida da população;

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para esta solução não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A Instituição reconhece a importância do tema no aspecto de resíduos laboratoriais. O gerenciamento exige adequado manejo para evitar que esses materiais se tornem veículos de doenças ou gerem riscos de acidentes.

Para tanto, salienta-se que a Instituição segue com fluxos e processos, conforme o **PGRSS- Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde**, preceitos da Resolução nº 222 de 28/03/2018, da **ANVISA/MS**.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme exposto neste documento, esta equipe de planejamento, considera que a aquisição é viável e fundamentalmente necessária para o atendimento à demanda dos Programas citados, e além disso, os itens requeridos estão previstos no Plano de Contratação Anual – PCA 2026 da Instituição.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDREA GOBETTI COELHO BOMBONATTE

Área Requisitante

JANAINA OLHER MARTINS MONTANHA

Área Requisitante

VIRGINIA BODELAO RICHINI PEREIRA

Área Requisitante

THALITA MARA DE CARVALHO PERRI

Área Requisitante

MARIZA MENEZES ROMAO

Área Requisitante

VILMA DOS SANTOS MENEZES GAIOTTO DAROS

Área Requisitante

ELOISA FONSECA DEL TEDESCO

Área Requisitante

KATIA REGINA MARTON DE FREITAS MARTINS

Área Requisitante

MONIQUE RIBEIRO TIBA CASAS

Equipe de apoio

RICARDO CECILIO

Equipe de apoio

JOSE EDUARDO TOLEZANO

Equipe de apoio